

Papel do Estado na economia é debatido

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O debate promovido ontem pelo Instituto Tancredo Neves, do PFL, nas dependências do Senado, foi marcado por discordâncias entre o tributarista Ives Gandra Martins e o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, em torno da exposição feita pelo secretário sobre o papel do Estado na economia e de projeções negativas apresentadas por ele, caso não seja aprovado o Projeto de Reconstrução Nacional.

Antônio Kandir afirmou que o progresso material de uma sociedade depende do exercício da livre iniciativa, cabendo ao Estado intervir apenas para combater problemas como a pobreza e criar condições para o desenvolvimento científico e tecnológico. Ele disse, no entanto, que ao assumir o governo o presidente Fernando Collor encontrou uma situação de "caos" econômico, provocado, por exemplo, por uma inflação de 150.000% ao ano e uma queda na produção da ordem de 40% ao ano. A intervenção do Estado, nesse caso, foi necessária, segundo Kandir.

Com isso, disse o secretário, a inflação caiu para 300% nos últimos 12 meses, e caminha para 100% ao ano. Além disso, está havendo a retomada da produção e o País atinge superávits comerciais da ordem de US\$ 1,2 bilhão, afirmou. Munido de uma série de tabelas, Kandir procurou mostrar que a aprovação do Projeto de Reconstrução propiciará ao País, na década de 90, retornar ao crescimento econômico com bem-estar social. Sem o "projeto", continuou Kandir, o crescimento eco-

nômico anual será de apenas 2%, o número de desempregados poderá superar os 20 milhões na década.

Se o nível de pobreza puder chegar a 30% da população. A aprovação da proposta do governo poderá elevar o crescimento econômico para 6% ao ano, reduzir para cerca de 2 milhões o número de desempregados e o percentual de pobreza absoluta, para 13%.

"Entendo que grande parte deste cenário não corresponde senão à realidade colocada nos quadros-negros e computadores e não à realidade brasileira", afirmou Ives Gandra Martins. Ele concordou com Kandir sobre a necessidade de fazer uma reforma tributária, mas criticou o Imposto sobre Grandes Fortunas, dizendo que ele desestimula investimentos. Sugeriu ainda que o governo conceda incentivos fiscais para quem elevar seus preços abaixo da inflação, no lugar de congelamento, que criticou e considerou inconstitucional. Gandra Martins disse que votou no presidente Collor, que quer contribuir para que o governo dê certo, mas previu o crescimento da inflação já no mês de junho, em decorrência do congelamento de preços.

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira fez ontem uma análise sombria da conjuntura econômica, em depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Previu que a inflação vai disparar nos próximos meses e afirmou que o Plano Collor II acabou. Segundo ele, só resta à equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello reindexar a economia e preparar um novo plano, para colocá-lo em

prática em quatro ou cinco meses, informou a agência Globo.

Mesmo com essa avaliação pessimista sobre os resultados do último pacote, Bresser não aposta na queda da equipe econômica.

O ex-ministro acredita que a inflação vai disparar a partir deste mês, ultra-

passando a marca dos 10%, principalmente por causa das pressões salariais. Ele citou o acordo da Autolatina, que garantiu um reajuste de 168% para os metalúrgicos. Na atual conjuntura, Bresser acha inevitável que uma parte considerável desse reajuste seja repassada para os preços.